

ATIVIDADE EM PLENÁRIO

Para conhecimento e acompanhamento da atividade da Assembleia Municipal em Plenário, informa-se que se realizaram três sessões plenárias extraordinárias, nos dias 12, 19 e 26 de janeiro de 2026 “Eleição indireta do presidente das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I. P. (CCDR, I. P.)”, “Eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa” e “Eleição de Representantes na Assembleia Intermunicipal da Península de Setúbal”, e uma sessão plenária ordinária nos dias 9, 10 11 e 12 de fevereiro de 2026, em que para além do período de intervenção dos cidadãos, foram aprovadas por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal de Almada, as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

- 01 Voto de Pesar Pelo falecimento de Victor Manuel Pereira do Vale
- 02 Voto de Pesar Pelo falecimento do cineasta João Canijo
- 03 Voto de Pesar Pelo falecimento de António Chainho
- 04 Voto de Pesar Pelo falecimento de António de Jesus Soares – “Tói”
- 05 Voto de Pesar Pelo falecimento de Fernando Mamede
- 06 Recomendação Pela implementação de uma estratégia municipal de prevenção e resposta a fenómenos climáticos extremos
- 07 Moção Pela defesa da autonomia do poder local democrático e da representação dos municípios na governação portuária
- 08 Moção Pela reposição da dignidade do serviço ferroviário da Fertagus
- 09 Moção Saudação aos trabalhadores que enfrentam as intempéries em Almada
- 10 Moção Pela requalificação estrutural da Zona Ribeirinha da Trafaria e Porto Brandão
- 11 Moção Instar a entidade concessionária do Metro Sul do Tejo ao reforço urgente da segurança ao longo da linha, em articulação entre os Municípios de Almada e do Seixal
- 12 Recomendação Criação de um Plano Municipal de Resiliência Climática e Resposta a Emergências
- 13 Moção “Construção da Unidade de Saúde do Feijó e da Unidade de Saúde de Costa da Caparica”
- 14 Moção Pela reversão da privatização da AMARSUL e o resgate do serviço público de resíduos na Península de Setúbal
- 15 Eleição personalidade de relevo para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada
- 16 WEMOB – E.M., S.A. – Designação do Fiscal Único durante o mandato autárquico de 2025-2029
- 17 Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município – ano de 2026
- 18 WEMOB – E.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento para 2026
- 19 SMAS – Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2026
- 20 Regulamento Municipal de Gestão do Parque Habitacional do Município de Almada
- 21 Provedor dos Animais de Almada – Plano Anual de Atividades 2026

O texto completo destas deliberações pode ser consultado no site da Assembleia Municipal de Almada, em Documentos/Editais 2025-2029 (2026)/Editais a partir do 025/XIV-1º, assim como nas Atas nºs Nº 09/XIV-1º; 10/XIV-1º; 11/XIV-1º e 12/XIV-1º.



assembleia
municipal
de almada

info



A Assembleia Municipal de Almada é o órgão deliberativo do Município de Almada, constituído pelos membros eleitos e pelos presidentes das Juntas de Freguesia e de União de Freguesias

#44

abril
2026

am-almada.pt/index.php
geral.assembleia@cm-almada.pt
Tel.: 21 272 4014 21 274 8768
Fax: 21 276 62 63

Assembleia Municipal de Almada
Chalet Ribeiro Telles
Largo 5 de Outubro 34
2805-119 Cova da Piedade
Horário: 9H15 – 12H30 | 14H00 – 17H30



Um orçamento responsável e orientado para o futuro

c-almada@ps.pt

O Orçamento do Município para 2026, no valor global de 209,2 milhões de euros, representa um reforço significativo face ao ano anterior e traduz uma visão clara: garantir estabilidade financeira, responder às necessidades do presente e preparar o futuro de Almada. Mais do que decisões técnicas, este orçamento reflete escolhas políticas concretas — escolhas sobre o tipo de concelho que a Câmara Municipal de Almada quer construir. Falar de orçamento e de política fiscal municipal é, antes de mais, falar de opções. Num contexto de recursos limitados face a necessidades crescentes, governar a Câmara Municipal de Almada implica definir prioridades. O Partido Socialista assume, com clareza, a sua: apostar no Estado Social, também a nível local, e investir em serviços públicos de qualidade — na saúde, na educação, na ação social, na habitação, na cultura e no apoio às famílias — enquanto pilares essenciais de igualdade de oportunidades e coesão social. A estrutura da despesa evidencia esse compromisso. As despesas correntes representam 147,3 milhões de euros, assegurando o funcionamento regular dos serviços públicos, enquanto 61,9 milhões de euros são destinados a investimento. Este equilíbrio demonstra que o Município de Almada não está limitado à gestão do dia-a-dia, mantendo uma forte capacidade de transformação do território. Do lado da receita, o município assenta numa base sólida e autónoma. As receitas correntes representam 78% do total, com destaque para os impostos diretos e as transferências, enquanto as receitas de capital, impulsionadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), reforçam a capacidade de investimento. Importa sublinhar: os impostos locais não são um fim em si mesmos, mas o instrumento que permite ao município cumprir as suas responsabilidades — manter escolas, investir no espaço público, assegurar serviços urbanos e responder a situações de crise. É neste quadro que o Partido Socialista de Almada defende uma política fiscal justa e equilibrada. Uma política que não sobrecarrega as famílias nem penaliza a atividade económica, mantendo o IMI na taxa mínima e assegurando mecanismos como a devolução de parte do IRS. Ao mesmo tempo, garante que quem beneficia das infraestruturas e serviços municipais contribui de forma justa para a sua sustentabilidade. Importa recordar que as escolhas políticas têm consequências reais. Em 2025, Almada perdeu mais de 2 milhões de euros de receita fiscal, resultado direto do chumbo do orçamento municipal. Este facto demonstra que não é possível exigir mais investimento, melhores serviços e maior intervenção pública sem assegurar os recursos necessários. Não há serviços públicos sem financiamento público. O Orçamento do Município para 2026 responde a esse desafio com responsabilidade. A situação financeira do município é sólida, com encargos de dívida reduzidos e controlados, permitindo canalizar recursos para o investimento. Em curso está um conjunto alargado de projetos estruturantes, nas áreas da habitação, saúde, educação, mobilidade e requalificação urbana, com impacto direto na qualidade de vida da população. Estes investimentos não são promessas — são obras concretas que estão a transformar o território. Este é também um ano decisivo, marcado pela fase final de execução dos projetos financiados pelo PRR, exigindo rigor, capacidade de execução e visão estratégica. O primeiro trimestre de 2026 foi, ainda, marcado por diversas ocorrências imprevisíveis, como as intempéries que afetaram o país e o nosso concelho e a atual conjuntura geopolítica internacional. Ao mesmo tempo, importa reconhecer os desafios estruturais colocados pela transferência de competências do Estado central para os municípios, muitas vezes sem o correspondente reforço financeiro, o que reforça a necessidade de uma revisão da Lei das Finanças Locais. Perante diferentes visões políticas, em particular nos partidos à direita, o Partido Socialista assume uma posição clara: rejeitar qualquer desinvestimento nos serviços públicos, não recorrendo a promessas irrealistas e inconcretizáveis. Governar é fazer escolhas responsáveis, distribuir o esforço de forma equilibrada e garantir que os recursos existem para responder às necessidades das pessoas. Este orçamento marca ainda o regresso à normalidade financeira do município, devolvendo previsibilidade à gestão e reforçando a capacidade de resposta da autarquia. Assim, o Orçamento Municipal para 2026 é um instrumento sólido, equilibrado e orientado para resultados. Um orçamento que assegura o presente, investe no futuro e traduz uma visão política clara: a de um concelho mais justo, mais coeso e com melhor qualidade de vida para todos os almadenses.

CDU

PCP-PEV 

almada@cdu.pt

No quadro do firme compromisso que a CDU assume com os Almadenses de trabalhar para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, conhece particular importância a defesa da natureza pública do serviço municipal, o reforço do seu papel e da sua qualidade aos mais diversos níveis, assente numa gestão orçamental equilibrada e robusta, baseada em critérios de equidade e justiça fiscal, que inclui a necessidade de adoção de medidas realistas e adequadas que promovam a reversão dos aumentos da generalidade dos custos pagos pelos cidadãos pelos os serviços prestados pelo município. Uma política fiscal justa e equitativa significa a definição de critérios que permitam aliviar, tanto quanto possível, as obrigações fiscais dos almadenses, sem colocar em causa o equilíbrio e a robustez do orçamento municipal. Trata-se de conjugar a satisfação das necessidades coletivas a que o município tem de responder, com a menor sobrecarga possível dos orçamentos familiares para esse efeito. Em matéria fiscal, os municípios assumem dois tipos de responsabilidades: a fixação de taxas diferenciadas em impostos nacionais nos termos previstos na respetiva legislação (IRS, IMI, Derrama), e a fixação dos preços e taxas aplicáveis aos seus próprios serviços, neste caso de forma autónoma. Relativamente ao primeiro nível, a CDU destaca como muito positiva a decisão de reverter a “devolução” de parte do montante de IRS cobrado no Município, uma decisão que beneficia todos os Almadenses que veem reforçada a capacidade de investimento em mais de cinco milhões de euros por ano, mobilizando recursos para mais e melhores equipamentos escolares, desportivos, sociais, culturais e outros, de que podem beneficiar todos os almadenses, independentemente da sua condição económica e social. Quanto ao segundo nível, a CDU entende que há ainda um extenso caminho a percorrer no sentido de concretizar o compromisso assumido com os Almadenses de fazer reverter os valores, em geral demasiado elevados e desadequados, das taxas e preços atualmente praticados pelo município. Importa rever a política municipal neste domínio, em nome, exatamente, da justiça e equidade fiscais que defendemos para o nosso Concelho.

O 25 de Abril de 1974 constitui um marco incontornável da história nacional, assinalando o fim de um regime político autoritário e a abertura de um novo ciclo democrático. A conquista das liberdades fundamentais, da participação política e do pluralismo representa um legado que deve ser reconhecido, preservado e transmitido às gerações futuras. Evocar esta data é, por isso, prestar homenagem a todos os que contribuíram para a construção de um país mais livre, ao longo das últimas 5 décadas. Nos dias que hoje vivemos, e celebramos, impõe-se uma reflexão séria e descomplexada sobre o estado das instituições políticas e democráticas. Portugal enfrenta hoje problemas estruturais que não podem ser ignorados: a fechar o ano de 2025 a taxa de desemprego jovem atingiu os 18,8% no terceiro trimestre, registando cerca de 75 mil pessoas entre os 16 e os 24 anos sem trabalho, a persistência e proliferação de bairros de génese ilegal em Almada, o aumento de violência e insegurança na escola pública, o acesso à saúde cada vez mais limitado e desigual. Estas realidades revelam falhas profundas na capacidade de resposta do Estado e levantam dúvidas legítimas sobre as promessas feitas em 1974. Importa, neste contexto, questionar se este é o país que aqueles que protagonizaram o 25 de Abril idealizaram. As conquistas deveriam traduzir-se em desenvolvimento efetivo, em oportunidades reais e em melhores condições de vida para todos os portugueses. Quando esses objetivos não se realizam plenamente na sociedade, não se desvaloriza Abril, exige-se, antes, que os atores políticos façam aquilo que lhes compete. Melhorar as condições de vida da comunidade que os elegeu. Em Almada, esta reflexão assume particular relevância. É fundamental devolver dignidade ao território, reforçar a qualidade dos serviços públicos, garantir perspetivas para os nossos filhos, mas também garantir companhia, respeito e conforto aos nossos avós. Mais do que celebrar o passado, importa agir no presente, olhar para o futuro e devolver a dignidade aos almadenses. É fundamental recordar, e celebrar, os momentos da História de Portugal desde a sua fundação em 1143, com o reconhecimento da Independência, à afirmação da soberania na Restauração de 1640, o 25 de Abril de 1974 e também o 25 de Novembro, com a vitória dos militares moderados na sublevação dos oficiais da extrema-esquerda, marcando a derrota da “ala revolucionária” do MFA e reconduzindo os partidos políticos ao centro da vida política. Contudo, essa memória não pode ser apenas comemorativa. Deve ser também um exercício de consciência coletiva: lembrar, proteger, e lutar, todos os dias, pelos portugueses que fica(ra)m para trás, muitas vezes esquecidos em nome de uma ideia de progresso que ninguém sabe o que quer, nem para onde vai.



A decisão de fechar reuniões de Câmara ao escrutínio público representa um mau sinal político e um claro recuo democrático. Num tempo em que a tecnologia permite abrir a Câmara aos munícipes, opta-se por erguer uma cortina de ferro entre o executivo e a população. Há casos excecionais em que a presença física do público pode ser limitada, para se tratar de assuntos sensíveis. A própria lei os prevê. Mas nada justifica cortar a transmissão online e impedir a participação dos munícipes em reuniões em que se trata dos temas do dia-a-dia. A transparência não é um favor do poder. É um dever democrático. Mais: se tantos munícipes recorrem às reuniões para expor os seus problemas, isso não acontece por acaso. Acontece porque sentem, demasiadas vezes, que esta é a única forma de serem ouvidos. E isso diz tudo sobre a falta de resposta do executivo. Há pedidos sem resposta, respostas tardias e problemas que se arrastam sem solução. Em vez de melhorar a comunicação, acelerar decisões e resolver o que está pendente, a Câmara escolhe reduzir o espaço de contacto com a população. Na última reunião de Câmara, a Senhora Presidente decidiu sozinha, sem auscultar previamente os partidos, que a reunião deixaria de ser pública e de ser transmitida. Havia munícipes inscritos e ninguém foi avisado com antecedência. Não é proximidade. Não é transparência. É uma forma de governar na lógica do “quero, posso e mando”. Por isso, este é o momento de todos os partidos com representação municipal assumirem responsabilidades e impedirem que este retrocesso se normalize. A democracia local não pode ser enfraquecida por conveniência, nem funcionar atrás de portas fechadas. Almada merece uma Câmara aberta, acessível e sem medo do contacto com os cidadãos. . Quem governa tem de ouvir, responder e resolver. É com os munícipes, e só com os munícipes, que se faz Almada acontecer.

O Bloco de Esquerda começou o seu mandato por defender Almada e quem cá vive. Foi graças à intervenção do Bloco que Almada passou a ter a Taxa Turística, essencial para travar os efeitos do turismo especulativo. Esta medida permitirá um investimento vital na recolha de resíduos urbanos e no reforço das políticas municipais de habitação. Na linha da frente da ação climática, fizemos aprovar uma recomendação para a criação de uma estratégia municipal de prevenção e resposta a fenómenos extremos. Queremos garantir que a população está preparada e protegida, assegurando o acesso a informação digital atempada e a simulacros regulares. Mas a política faz-se, sobretudo, no terreno. Temos acompanhado de perto as vítimas dos deslizamentos de terra na Azinhaga dos Formosinhos, Porto Brandão e Costa da Caparica, pressionando o executivo para que lhes garanta respostas e soluções dignas. As e os almadenses podem continuar a contar com o Bloco de Esquerda para uma política municipal justa e digna. O Bloco de Esquerda começou o mandato por defender Almada e quem cá vive.

Foi graças à intervenção do Bloco que Almada passou a ter Taxa Turística, essencial para travar os efeitos do turismo especulativo. Esta medida permitirá um investimento na recolha de resíduos urbanos e no reforço das políticas municipais de habitação. Na linha da frente da ação climática, fizemos aprovar a recomendação de uma estratégia municipal de prevenção e resposta a fenómenos extremos. Queremos garantir que a população está preparada e protegida, assegurando acesso a informação atempada e a um planeamento urbanístico adequado que reduza a exposição do nosso território a eventos climáticos extremos. Mas a política faz-se, sobretudo, no terreno. Temos acompanhado de perto as vítimas dos deslizamentos na Azinhaga dos Formosinhos, Porto Brandão e Costa da Caparica, pressionando o executivo para que garanta soluções dignas. As e os almadenses podem continuar a contar com o Bloco para uma política justa e digna.



LIVRE

Almada Dá Voz aos Direitos Humanos

eleitos.almada@partidolivre.pt

Por proposta do LIVRE, foi aprovada a criação da Provedoria dos Direitos Humanos de Almada, uma estrutura pensada para reforçar a proteção dos direitos fundamentais no concelho. A sua missão não se esgota na relação com os serviços municipais, abrangendo também situações que envolvam entidades privadas e contextos da vida comunitária e social, sempre que estes tenham impacto na proteção de direitos humanos e fundamentais em Almada. Enquanto estrutura de proximidade, a Provedoria poderá acolher denúncias, acompanhar situações concretas, promover mediação, encaminhar casos para as entidades competentes e propor medidas de prevenção e melhoria. O seu papel será especialmente relevante perante situações de discriminação, exclusão, discurso de ódio, violência ou obstáculos no acesso a direitos e serviços essenciais. Trata-se de um instrumento de proximidade e responsabilidade democrática, ao serviço de uma Almada mais justa, mais humana e verdadeiramente comprometida com a dignidade de todas as pessoas.



A Iniciativa Liberal, Almada e as Tempestades: Responsabilidade e Ação

almada@liberal.pt

As recentes tempestades que afetaram várias zonas de Almada, em particular o Olho de Boi, a Costa da Caparica e Porto Brandão, obrigou várias famílias a abandonarem as suas casas. A Iniciativa Liberal reuniu com a Câmara Municipal de Almada para conhecer a resposta no terreno. Segundo o executivo, está em curso a avaliação dos danos, o trabalho de reposição das condições de segurança e a recuperação das infraestruturas afetadas. Foi também referido que estão a ser estudadas soluções para permitir o regresso das famílias às suas habitações com a maior brevidade possível. Para o futuro, é essencial reforçar a capacidade de resposta do município a fenómenos extremos e garantir processos de reconstrução rápidos, eficazes e transparentes, para que as zonas afetadas recuperem o mais depressa possível e as populações possam regressar à normalidade.

Marta Belmonte Pereira
Deputada Municipal Almada Iniciativa Liberal

Informações úteis

Transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal:

É possível assistir em direto, através da Internet, às sessões da Assembleia Municipal.

Aceda aos links existentes em am-almada.pt e em [youtube.com/cmalmada](https://www.youtube.com/cmalmada)